

INTRODUÇÃO

Em cumprimento aos mandatos dispostos nos artigos 91 e 112 da Carta da Organização dos Estados Americanos, tenho a satisfação de informar sobre as atividades da Organização e sobre sua situação financeira, entre 1º de março de 2005 e 28 de fevereiro de 2006, observando para essa finalidade as diretrizes fixadas na resolução AG/RES. 331, de 1978.

Esta Assembléia também coincide com meu primeiro ano como Secretário-Geral da Organização. Ao apresentar, portanto, essa primeira prestação de contas, gostaria de oferecer algumas reflexões acerca das mudanças ocorridas na Região e na OEA neste período, nossos êxitos, limitações, prioridades e desafios pendentes. Ao fazê-lo restrinjo-me às três áreas fundamentais de trabalho da Organização: democracia e direitos humanos, desenvolvimento integral e segurança multidimensional, acrescentando somente ao final alguns comentários sobre assuntos orgânicos e financeiros internos, uma vez que o tema será tratado extensamente numa intervenção posterior.

O ano político

Nossa avaliação geral do ano político é amplamente positiva. Quando nos reunimos em Fort Lauderdale, há um ano, enfrentávamos crises já detonadas ou incipientes em vários países da Região. Poucos dias antes da minha eleição, coube ao Conselho Permanente pronunciar-se sobre o conflito de poderes surgido no Equador, que levava à substituição do Presidente em exercício. Durante a Assembléia, foi anunciada a renúncia do Presidente da Bolívia e foram solicitadas providências urgentes do Secretário-Geral da OEA para desativar um conflito na Nicarágua, que também poderia provocar uma alteração da ordem institucional. Simultaneamente, o processo eleitoral no Haiti enfrentava consideráveis atrasos, dentre os quais se salientava a inscrição eleitoral, de responsabilidade direta da OEA.

Se analisarmos a situação em que chegamos a esta Assembléia, há um evidente progresso. As crises nos quatro países mencionados foram superadas de maneira democrática e não surgem hoje na Região casos similares de instabilidade.

Cooperamos com as autoridades do Equador na designação de uma nova Corte Suprema de Justiça, que se acha em pleno funcionamento, bem como de outras autoridades cuja situação dependia dessa designação, desse modo contribuindo decisivamente para a normalização de um processo que deverá levar, antes do final do ano, a uma eleição presidencial nos termos dispostos na Constituição.

O êxito do processo de inscrição eleitoral no Haiti superou toda expectativa, ao ultrapassar os três milhões e meio de inscritos. Cooperamos com o Governo, o Conselho Eleitoral Provisório e as Nações Unidas numa eleição que possibilitou o processo mais participativo e transparente da história do país e esperamos dar continuidade à ação de nossa Missão Especial ainda com maior intensidade no decorrer do novo governo.

Estivemos presentes com uma Missão de Observação Eleitoral na Bolívia, para verificar um processo absolutamente normal, que levou à eleição de um Presidente por maioria absoluta, o que não havia ocorrido em tempos recentes nessa nação irmã. Mantemos com o novo governo um programa de trabalho de que constam nossa observação eleitoral na eleição da Assembléia Constituinte e nosso apoio técnico a esse processo.

Por vários meses uma missão de alto nível atuou na Nicarágua, na busca perseverante de um acordo que parecia impossível. Finalmente a estabilidade e a continuidade do processo democrático foram possíveis graças à atitude positiva de todos e a Nicarágua se encaminha para uma eleição decisiva em fins deste

ano. Esperamos que dela possam participar adequadamente todas as forças representativas do país, num ambiente de tranqüilidade e confiança recíproca.

Nenhuma dessas realizações é completa e, em cada caso, há novos desafios por superar. Hoje, porém, realizamos esta Assembléia sem crises abertas e com uma avaliação positiva do papel da OEA em cada um dos países que as viveram. Isso nos alegra e nos enche de otimismo para o futuro.

A solidez do desenvolvimento democrático da Região é posta à prova este ano por uma sucessão de processos eleitorais sem precedentes em nossa história recente. Nos últimos seis meses foram realizadas sete eleições presidenciais (duas com segundo turno), duas eleições gerais em países com sistemas parlamentares de governo e numerosas eleições congressuais e municipais. Entre janeiro de 2005 e janeiro de 2006 teremos um total de treze eleições presidenciais, mais do que jamais tivemos em um ano na Região.

A normalidade em que foram realizadas essas eleições dá conta da firmeza a que chegaram as boas práticas eleitorais em nosso Hemisfério. Em poucos anos conseguimos consolidar sistemas em que o debate político é amplo, as opções são reais, o processo é pacífico, o voto é maciço, a contagem é limpa e o resultado é respeitado. Não é pouco para uma Região que até cerca de duas décadas sofria ainda o flagelo de várias ditaduras e de eleições pouco representativas.

Fomos convidados no decorrer desse período a observar numerosos processos eleitorais em países membros. A OEA esteve presente, com contingentes numerosos de observadores, em seis de sete eleições presidenciais, em eleições locais e municipais e até, pela primeira vez, em eleições primárias. Trata-se de uma tarefa que a Organização cumpre cada vez com maior eficiência e credibilidade. O selo da OEA em uma eleição tem valor e estamos orgulhosos disso. Esperamos estender nossa observação no restante do ano à maioria das seis eleições presidenciais a serem realizadas.

Como conclusão de nossa longa experiência institucional nesta matéria, confirmamos que a qualidade das eleições em nossos países progrediu notavelmente. Naturalmente, sempre podemos melhorar. Os tribunais eleitorais deverão tornar-se cada vez mais independentes e um grande esforço deverá ser envidado para que se disponha de cadastros eleitorais cada vez mais confiáveis, inscrevendo-se um número cada vez maior de eleitores. Em geral, no entanto, não detectamos ações ou práticas que possam ser catalogadas como elementos que viciem um processo eleitoral.

Uma segunda categoria de problemas se refere ao nível de inscrição. O fato de que em numerosos países não haja um grande número de cidadãos inscritos pode se dever a diferentes motivos. Por um lado, há um fenômeno puramente político: cidadãos que não querem se inscrever nem participar por estarem desmotivados com relação à política ou porque o processo de inscrição é muito complexo.

Por outro lado, existem na América Latina e no Caribe milhões de mulheres e homens que nunca foram registrados, nem sequer no nascimento. Isso os deixa fora não somente da participação política e econômica, mas também de programas destinados a melhorar sua condição e proteger sua segurança, para que não sejam presa fácil do abuso trabalhista, da discriminação e do tráfico de pessoas. A manutenção de um registro moderno, completo e confiável de todos os habitantes de um país, pelo menos de todos os seus cidadãos, é um importante objetivo democrático.

Neste aspecto, gostaria de destacar novamente a tarefa executada pela Organização no Haiti, onde contribuimos para a confecção de um cadastro eleitoral que está entre os mais modernos das Américas, planejado ademais com a esperança de que sirva de base para o registro de identidade de toda a população haitiana. Esperamos concluir esta tarefa em cooperação com o novo governo e estender nossa experiência também a outros países do Caribe e da América Latina.

Nosso compromisso com o Haiti é de longo prazo e se soma ao que assumiram, de maneira direta, numerosos Estados membros, participando da MINUSTAH ou por meio de outras formas de cooperação. Esperamos terminar de elaborar, nas próximas semanas, um novo programa de trabalho da OEA no Haiti, em coordenação com o governo, com os organismos da Região e com as organizações internacionais, especialmente as Nações Unidas. Nossa experiência no Haiti mostra que os organismos internacionais devem e podem trabalhar coordenadamente para conseguir melhores resultados. Esperamos continuar a trabalhar com todos e assumir as responsabilidades que nos caibam num plano de ação conjunto. Assim deveria ser em todas as situações críticas em que vários organismos estejam presentes.

Na Colômbia estamos também diante de um enorme desafio, cujo êxito demanda a solidariedade hemisférica. As tentativas do governo colombiano de alcançar a paz, levar à justiça os maiores criminosos e reintegrar à sociedade os combatentes são dificultadas pela persistente violência ligada ao narcotráfico, ao seqüestro e à extorsão. Procuramos apoiar o governo da Colômbia em seus esforços por combater essa violência e ao mesmo tempo levar adiante processos de paz com as Autodefesas Unidas da Colômbia (AUC, paramilitares) e com o Exército de Libertação Nacional (ELN) e as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC). Conseguir essa paz significa nem mais nem menos que pôr fim ao mais antigo conflito de nossa América, que se arrasta por cerca de 50 anos. Alegra-nos o progresso alcançado com as duas primeiras organizações citadas e esperamos que, no segundo período de governo do Presidente Álvaro Uribe, seja possível estender ainda mais esses processos.

Nossa Organização participa desse programa de paz com a dupla tarefa de verificar o desarmamento e a desmobilização das AUC e zelar pelo cumprimento das normas nacionais e internacionais de direitos humanos. Conseguida a desmobilização deveremos também apoiar os esforços pela reinserção dos combatentes.

Não é uma tarefa fácil, porquanto sempre há retrocessos, dificuldades e imperfeições e o objetivo de plena justiça parece entrar em conflito com o desejo de uma rápida pacificação. Mas os progressos são inegáveis: a violência diminuiu e a desmobilização se concretizou, apesar da persistência de alguns grupos armados de criminosos.

A convicção crescente da comunidade internacional acerca da necessidade de paz na Colômbia possibilitou que a OEA aumentasse sua presença no país. Há alguns meses os presidentes da América do Sul solicitaram à OEA que coordenasse os esforços por aumentar o apoio regional e internacional ao processo de paz na Colômbia. No primeiro trimestre deste ano a Missão de Apoio ao Processo de Paz na Colômbia (MAPP/OEA) incorporou 34 novos observadores nacionais e internacionais, chegando a 80 as pessoas que trabalham para a Missão, com um escritório em Bogotá, seis escritórios regionais e um equipamento móvel para as áreas em que não temos presença permanente. Aperfeiçoamos a verificação das etapas de pré-desmobilização, desmobilização e pós-desmobilização dos grupos armados ilegais que participam do processo de paz.

Nossa maior presença foi possível graças aos novos apoios dos governos das Bahamas, Brasil, Canadá, Colômbia, Coréia, Estados Unidos, Holanda, Irlanda, México e Suécia. Ademais anunciaram sua pronta colaboração os governos do Chile, Espanha, Guatemala, Noruega e Tailândia. Cumpre salientar que também a Comissão Interamericana de Direitos Humanos recebeu contribuições, para que possa intensificar a tarefa a ela atribuída por esta Assembléia no ano passado.

Carta Democrática Interamericana

Dando continuidade aos mandatos de nossa última Assembléia, as tarefas políticas da Secretaria-Geral se organizam em conformidade com a Carta Democrática Interamericana. Em nossa última Assembléia o acompanhamento dos compromissos assumidos na carta Democrática foi motivo de intenso debate, que

culminou com um mandato ao Secretário-Geral de “coordenar as atividades e os programas dos diversos escritórios da Secretaria-Geral relacionados com a promoção da democracia, de acordo com os conteúdos da Carta Democrática Interamericana”.

Referi-me aos aspectos relacionados com a geração democrática da autoridade de governo e também às crises que ameaçam interromper ou pelo menos afetar seriamente a prática democrática. Embora a origem e a crise sejam de grande importância, a Carta Democrática Interamericana se refere também amplamente ao exercício da democracia, que é preciso avaliar como aspecto essencial à luz da Carta.

Há duas maneiras de se proceder a essa avaliação. A primeira seria por meio de relatórios que alguma unidade especializada poderia preparar anualmente acerca do andamento da democracia em cada país. Sinceramente, creio que não exista entre os membros de nossa Organização a disposição de ter examinada sua condição democrática em termos globais.

O tema já foi discutido no ano passado na Assembléia e examinado há alguns meses no Conselho, onde fiz uma exposição em cumprimento ao mandato da Assembléia de Fort Lauderdale, e as reticências ante uma forma de avaliação global são evidentes. Do ponto de vista geral, por conseguinte, só se poderia considerar que os países que queiram apresentar, de maneira voluntária, relatórios acerca do andamento da democracia em seus países possam fazê-lo com uma metodologia comum.

Não obstante isso, também coincidimos nessas reuniões do Conselho em que a própria Carta Democrática Interamericana vem em nosso auxílio nesse aspecto. A Carta, como disse muitas vezes, não apresenta uma definição de democracia, mas sim uma taxonomia, uma descrição de seus aspectos fundamentais. O exercício democrático do poder implica o respeito aos direitos humanos, a recusa a toda forma de discriminação, a plena vigência do Estado de Direito, a liberdade de expressão, o pluralismo político, a separação e independência de poderes, a probidade e a transparência na ação pública.

Nossa proposta é simplesmente que, do mesmo modo que trabalhamos para avaliar o respeito e a vigência de alguns desses aspectos (direitos humanos, transparência, liberdade de expressão, eleições), podemos preparar relatórios anuais acerca de cada uma das áreas de trabalho político da Organização, que coincidam com a descrição da Carta. Se não é possível avaliar a democracia em seu conjunto, que seja ela avaliada por partes.

Torna-se ainda mais claro o acima exposto se examinarmos as diferentes áreas e a possibilidade de avaliar sua situação atual e perspectivas futuras.

Direitos humanos

Assim como na observação eleitoral e no manejo de crises, a OEA já consolidou um prestígio ao longo dos anos na defesa dos direitos humanos, inclusive de maneira mais recente na vigilância permanente da liberdade de expressão. A Comissão Interamericana de Direitos Humanos é um orgulho da Organização e queremos manter sua vigência e independência.

Fortalecer nosso sistema de direitos humanos significa desenvolver três linhas de ação.

Em primeiro lugar, conseguir a plena universalização do sistema. Embora todos os países membros da OEA façam parte da Comissão Interamericana, o mesmo não ocorre com a assinatura da Convenção Americana nem com a aceitação da jurisdição da Corte Interamericana de Direitos Humanos. Devemos nos empenhar na consolidação desse sistema, para o que continuaremos a trabalhar com todos os países que não assinaram a Convenção, com a flexibilidade necessária para acomodar suas apreensões, de maneira que nosso Hemisfério seja regido plenamente pelas mesmas normas nesta matéria.

Devemos nos ocupar, em segundo lugar, de ampliar a ação de nosso sistema na promoção desses direitos, não somente por meio das decisões e sentenças que emitam sobre casos particulares, mas de um aumento da divulgação e conhecimento de seus relatórios nacionais e do sistema de relatorias.

Em terceiro lugar, é preciso aumentar o nível de acatamento das decisões da Corte e da Comissão. Esse nível é alto, mas ainda em alguns países essas decisões não são cumpridas. Para que o sistema continue a ter êxito, não basta o acatamento formal das decisões: elas devem ser plenamente cumpridas.

Finalmente, a preservação e o fortalecimento de nosso sistema de direitos humanos dependem muito substantivamente de que sua independência continue a ser totalmente respeitada. Podemos discordar muitas vezes das decisões da Corte ou da Comissão ou dos relatórios que são publicados. O importante é que reconheçamos que a possibilidade de prepará-los de maneira independente e sem pressões é consubstancial ao prestígio e à vigência do sistema. (Essa independência também depende da possibilidade de se dispor de financiamento adequado para a Comissão, a que me referirei mais adiante.)

Transparência

Os povos das Américas têm o direito de saber como agem suas autoridades e os governos têm a obrigação de conduzir a gestão pública num contexto de transparência. A falta de transparência propicia a corrupção e esta corrói a crença dos cidadãos nas instituições democráticas. Sem instituições sólidas e confiáveis será muito difícil resolver os problemas do povo e gerar a necessária satisfação do cidadão para que se chegue a governos democráticos eficazes e sustentáveis.

A Assembléia Geral de Fort Lauderdale declarou 2006 “Ano Interamericano de Combate à Corrupção”. Os resultados do Mecanismo de Acompanhamento da Implementação da Convenção Interamericana contra a Corrupção, especialmente de sua Comissão de Peritos, que nos serão apresentados nesta Assembléia, representam o primeiro esforço hemisférico de acompanhamento da Convenção, pioneira no mundo nesta matéria.

Os países americanos se conscientizaram da necessidade de enfrentar juntos este problema que não distingue ideologias nem fronteiras geográficas e muitas vezes delas se vale para ocultar o produto dos atos de corrupção, motivo por que este instrumento internacional foi já assinado pelos 34 Estados membros da OEA e ratificado por 33 deles.

Ao mesmo tempo, 28 dos Estados Partes confiaram ao Mecanismo de Acompanhamento da Implementação da Convenção Interamericana contra a Corrupção – MESICIC – e a sua Comissão de Peritos a responsabilidade de analisar tecnicamente a implementação de suas disposições e de formular recomendações que os ajudem a cumprir os compromissos assumidos para enfrentar eficazmente este problema.

A Primeira Rodada de Análise examinou a implementação das disposições da Convenção selecionadas para a referida Rodada. Não vou me referir ao conteúdo das recomendações, porquanto está prevista uma exposição na agenda desta Assembléia, mas gostaria de ressaltar que foram aprovadas por consenso pelos peritos em combate à corrupção dos 28 países que constituem o MESICIC, após cuidadoso exame em que os países analisados puderam expressar seus pontos de vista.

A Secretaria-Geral da OEA espera contribuir também para esta implementação e por isso elaborou um programa de cooperação, com a generosa colaboração financeira do Canadá, para apoiar os países que desejem melhorar sua transparência e seus mecanismos de controle.

Esta cooperação deve se destinar a melhorar os sistemas jurídicos e institucionais de que dispõem os países para: prevenir conflitos de interesses; preservar os recursos públicos e a denúncia de atos de corrupção; detectar o enriquecimento indevido dos servidores públicos; promover a participação da sociedade civil no combate à corrupção; fortalecer e aumentar a eficácia dos órgãos de controle superior com competência na matéria; e tornar mais efetivas a assistência recíproca e a cooperação técnica mútua entre os Estados para enfrentar a corrupção, por meio de uma coordenação mais dinâmica de suas autoridades.

Essas realizações deveriam também possibilitar a modernização da gestão pública e o melhoramento da qualidade do governo. As deficiências que notamos muitas vezes, na elaboração e gestão de políticas públicas, nem sempre são produto de falta de probidade, mas, na maioria das vezes, de ineficiência. A cooperação técnica na formulação de políticas públicas, a profissionalização do serviço civil nos países, a aplicação do conhecimento à gestão governamental, as boas práticas no governo e o uso de novas tecnologias são aspectos essenciais da governabilidade, porque os cidadãos também reclamam governos eficientes para a solução de seus problemas.

Estado de Direito

O funcionamento adequado dos Tribunais de Justiça é um dos assuntos mais críticos na avaliação dos cidadãos sobre a situação da democracia e talvez um dos fatores que mais influenciam o surgimento de um veredicto final negativo. A maior parte dos cidadãos da Região acredita que a justiça seja desigual ou corrupta e que não tem acesso a ela. A mudança dessas percepções não será imediata e implica uma transformação das formas de distribuição da justiça no continente.

Há poucas semanas se reuniram aqui em São Domingos, no âmbito da OEA, os Ministros da Justiça e Procuradores-Gerais das Américas, ocasião em que se deu andamento à cooperação que, com o apoio do Departamento de Assuntos Jurídicos Internacionais da Secretaria-Geral, vem sendo prestada em temas tão importantes quanto os mecanismos de extradição, a assistência mútua em matéria penal, o combate ao delito cibernético e as políticas penitenciárias e carcerárias. Estamos seguros de que este processo tão necessário continuará a se fortalecer e a aperfeiçoar as modalidades concretas de cooperação jurídica entre nossas autoridades.

Também continuaremos a prestar assessoramento e apoio técnico ao desenvolvimento do direito internacional privado. Atualmente, por mandato da própria Assembleia Geral e para pronta aprovação por uma conferência especializada, as denominadas Cidip, vêm sendo considerados instrumentos jurídicos comuns em matéria de proteção do consumidor, com vistas à regulamentação do comércio e à atualização e modernização dos registros de garantias mobiliárias no continente. Esses aspectos também repercutem numa maior segurança jurídica na Região.

O Centro de Estudos de Justiça das Américas (CEJA) é a unidade criada para apoiar os processos de reforma que têm lugar no continente. Vem trabalhando há vários anos na América Latina e nosso propósito é ampliar sua ação e estendê-la ao Caribe. Ao mesmo tempo, o CEJA poderá ser útil na realização da avaliação técnica da situação da justiça nos diferentes países, como requisito essencial da Carta Democrática.

Assuntos de gênero

As atividades da Comissão Interamericana de Mulheres cresceram em importância e suas áreas de trabalho abrangem assuntos de caráter econômico, trabalhista, jurídico, político e de segurança.

Entretanto, nosso trabalho nessa área continua a focalizar fundamentalmente a coordenação das Reuniões Ministeriais.

Devemos proporcionar à CIM condições de tomar maiores iniciativas nesses temas cruciais para o desenvolvimento da democracia. Em nossa Região as mulheres continuam a ser vítimas de discriminação no emprego, na remuneração e no acesso a cargos públicos, bem como de maus-tratos, violência familiar e outros delitos. Embora o tema seja horizontal, no sentido de que abrange todos os programas e departamentos da OEA, consideramos que é necessário fortalecer a estrutura própria da questão de gênero, a CIM.

Nesse contexto, poderíamos usar a capacidade do PIA (Programa Interamericano sobre a Promoção dos Direitos Humanos da Mulher e da Equidade e Igualdade de Gênero) para melhorar a avaliação e a implementação de políticas públicas nessa área.

Luta contra a discriminação

A conclusão e implementação de três importantes instrumentos jurídicos em matéria de discriminação é a tarefa que enfrentaremos no próximo período.

O primeiro se refere aos indígenas de nossas Américas. Nesse contexto é importante agradecer aos governos da Guatemala e do Brasil por terem sido sede de reuniões de povos indígenas e reafirmar o compromisso da Organização dos Estados Americanos com a aprovação da Declaração Americana sobre os Direitos dos Povos Indígenas, salientando a importância da participação plena e efetiva desses povos no processo de elaboração do referido Projeto de Declaração.

Não podemos continuar a adiar a conclusão das negociações desta Declaração, indispensável para servir de guia aos países da América que ainda não dispõem de legislação moderna que consagre os direitos dos povos indígenas e arbitre os meios para preservar sua cultura.

O segundo desafio reside em promover a aprovação de uma Convenção Interamericana contra a Discriminação, destinada a constituir o instrumento geral que aborde todos os fenômenos de discriminação étnica, religiosa, racial, sexual ou de qualquer natureza nas Américas. Esperamos que a conferência que realizaremos este ano no Brasil defina os termos gerais dessa importante iniciativa.

Em terceiro lugar, no Plano de Ação da Quarta Cúpula das Américas (Mar del Plata, 5 de novembro de 2005), os Chefes de Estado e de Governo encarregaram a OEA de “considerar, no próximo período ordinário de sessões da Assembléia Geral da OEA, a realizar-se na República Dominicana, uma Declaração do Decênio das Américas das Pessoas Portadoras de Deficiência (2006-2016), com um programa de ação”. Esta iniciativa se baseia especialmente na “Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência”, que nos compete implementar, já amplamente superado o prazo posterior à sua ratificação pelo número mínimo exigido de Estados. Esperamos que esta Assembléia aprove uma resolução a esse respeito e que possamos pôr em prática o conteúdo desta importante Convenção.

Com esses três documentos em plena vigência, nosso acompanhamento dos assuntos relacionados com a discriminação será muito mais concreto e objetivo.

A estas áreas de trabalho há que incorporar nossos programas sobre partidos políticos e parlamentos, que se estendem à América Central e à Região Andina, nosso trabalho em descentralização, que recebeu o incentivo da Terceira Conferência da RIAD no Brasil e o fortalecimento crescente de nosso trabalho com a sociedade civil, que não se limita somente aos diálogos em nossas Cúpulas e Assembléias, mas que também procura uma relação mais direta da sociedade civil com as atividades da Secretaria-Geral.

Com todas estas atividades já executadas por nossa Organização, é possível realizar uma avaliação da aplicação da Carta Democrática com relação a cada um de seus principais componentes. Minha proposta é, por conseguinte, que sejam realizadas avaliações anuais da situação dos direitos humanos, da transparência, das relações de gênero, da discriminação e da situação da justiça nas Américas. Nos próximos anos poderemos acrescentar a esses cinco relatórios três mais, referentes à separação e equilíbrio de poderes, ao pluralismo político (regime de partidos) e à participação da sociedade civil.

Com esses relatórios em consideração permanente pelo Conselho e pela Assembléia, estaremos abrangendo as áreas que a nosso juízo são as mais sensíveis na avaliação da democracia. Em todo caso, ampliá-los em sua extensão e profundidade implica contar com a disposição dos países para permitir o acesso à informação necessária e ao mesmo tempo dispor de suas próprias avaliações dos temas analisados. Em definitivo, todo sistema de avaliação do desenvolvimento democrático é altamente sensível ao nível de informação e ao grau de interesse que os países membros estejam dispostos a conceder-lhe. Conhecer as virtudes e as deficiências de cada um desses traços gerais de nossas democracias nos ajuda a fortalecer-nos mutuamente e a estabelecer os programas da Organização de maneira mais clara.

Em definitivo, o funcionamento dos mecanismos sugeridos para o cumprimento do mandato da resolução 2154 supõe uma vontade política baseada na cooperação e não em uma lógica de supervisão crítica ou punição. Temos experiências valiosas deste enfoque comparativo com o Mecanismo de Avaliação Multilateral da CICAD e mais recentemente com o Mecanismo de Avaliação da Implementação da Convenção Interamericana contra a Corrupção. Trata-se de assumir uma atitude positiva ante a possibilidade de cooperar para consolidar a democracia e contribuir efetivamente para a criação de melhores condições de governabilidade.

Alguns problemas

Apesar de nossa avaliação positiva sobre os desdobramentos políticos nessa área, creio ser necessário salientar também alguns problemas surgidos recentemente na Região que, a meu juízo, não contribuem para a necessária unidade hemisférica.

Esclareço desde já que não me referirei ao tema da moda na imprensa internacional, qual seja, a “esquerdização” da América Latina. A OEA não é uma Organização de governos de direita, de esquerda ou de centro, mas de Estados democráticos. Os Estados membros da OEA praticam a democracia no âmbito da nossa carta constitutiva e da Carta Democrática Interamericana. As decisões econômicas e de políticas públicas que tomem são privativas desses governos, as decisões dos povos acerca de quem elegem como seus governantes são respeitadas de maneira absoluta nesta Organização. Aqui só se exige que, em matéria de democracia, nos rejamos pelos princípios comuns que acordemos.

Dito isto, não resta dúvida de que algumas polêmicas recentes afetaram nossa unidade. Creio, conforme salientei em várias declarações, que a retórica inflamada, a intervenção ainda que verbal nos assuntos de outros países e a desqualificação moral das opções políticas de outros membros não contribuem para o clima de harmonia que deveria existir entre nossos países.

Houve diferenças sérias entre alguns de nossos governos, por assuntos relacionados com direitos humanos, meio ambiente, problemas territoriais e opções econômicas. Naturalmente, isso não torna mais fáceis as relações entre nós, mas devemos nos acostumar a discutir nossas diferenças com visão ampla, evitando a ideologização e a desqualificação no debate.

Isso é ainda mais necessário quando a América Latina e o Caribe atravessam uma etapa de bom crescimento econômico, ajudados pelos excelentes preços de nossos produtos no mercado internacional. É o momento para celebrar acordos e formular políticas que nos possibilitem consolidar o que já alcançamos e atrair o investimento necessário para manter nosso crescimento em períodos mais difíceis da economia internacional.

O crescimento sustentado é a base de qualquer esforço de justiça social que possamos realizar. Devemos ser capazes de superar nossas diferenças no plano comercial e continuar a dar andamento a nossos processos de integração, mantendo cada um suas próprias visões e debatendo nossas diferenças com respeito e espírito de unidade hemisférica.

A imprensa internacional fala, a meu juízo prematuramente, de uma divisão na América Latina. Espero que esta Assembléia seja um desmentido a essas afirmações e que aqui em São Domingos reafirmemos nossas convicções democráticas e nossa plena adesão aos princípios de não-intervenção e respeito mútuo que devem guiar nossas relações.

Esta Secretaria participou de gestões para que as divergências entre nossos países se resolvam pacificamente. Gostaria de destacar a recente assinatura dos acordos definitivos de limites entre Honduras e El Salvador e o Acordo para o Estabelecimento de um Processo de Transição e de Medidas de Fortalecimento da Confiança entre os Governos de Belize e Guatemala, estabelecendo uma nova rodada de negociações. Ambas as negociações foram patrocinadas pela OEA e esperamos que sirvam de estímulo para que outros países sigam caminhos similares.

Acostumou-se a dizer que os assuntos entre os países não são da competência da OEA. Isso significa somente, no entanto, que não podem ser encaminhados unilateralmente à Organização. Sem questionar este princípio, permito-me sugerir que a Secretaria-Geral pode ser um mecanismo adequado de aproximação e facilitação de problemas entre as partes, tarefa que se sente plenamente disposta a assumir se lhe for solicitado. Ressalto que se trata de uma questão estritamente voluntária, mas peço que nossos membros considerem efetivamente essa possibilidade, especialmente quando se trate de conflitos que uma mediação ou facilitação de boa-fé possa resolver.

Desenvolvimento integral

O desenvolvimento integral constitui um dos pilares fundamentais da Organização. Não se trata de medir seu êxito somente pelo montante de recursos que possa conseguir para determinados projetos, mas também por sua capacidade de orientar o empenho das Américas em alcançar o desenvolvimento sustentável, melhorar a qualidade de vida de seus homens e mulheres e erradicar a pobreza. Devemos encontrar a forma de ajudar a nortear o desenvolvimento de maneira que seus benefícios sejam distribuídos de forma justa.

A Cúpula de Mar del Plata, realizada em 4 de novembro de 2005, marca um momento importante nessa direção. É o momento em que se assume plenamente que nossas democracias e nossas economias nunca serão estáveis enquanto milhões de nossos compatriotas continuarem a ser excluídos da possibilidade de ter um emprego digno, abandonar a pobreza e desfrutar em alguma medida maior os benefícios do crescimento econômico.

A Declaração de Mar del Plata apresenta a visão dos 34 governos sobre como devem ser enfrentados os maiores desafios na criação de emprego e no fortalecimento da democracia. As iniciativas coligidas na Declaração se referem ao crescimento com geração de emprego, ao trabalho estável para enfrentar a pobreza, à formação da força de trabalho, às pequenas e médias empresas como motor e fator de

crescimento do emprego, ao fortalecimento da governabilidade democrática e à busca de uma estrutura para a criação de trabalho decente.

O Plano de Ação contempla cada uma das áreas da Declaração da perspectiva de compromissos nacionais, cooperação hemisférica e organismos internacionais. Além de defender políticas macroeconômicas sólidas, favoreceu decididamente a necessidade de gerar igualdade de oportunidades. Também destacou o papel fundamental que cabe ao setor privado para gerar emprego e para intensificar os esforços por cumprir os compromissos assumidos na Cúpula do Milênio. Embora houvesse muito mais a dizer dessa Cúpula de Mar del Plata, o que aqui resumi nos possibilita localizar-nos ante o maior desafio de nossos tempos.

As seis Cúpulas realizadas desde 1994 abordaram em profundidade o desenvolvimento, o meio ambiente, a educação, a pobreza, o emprego e a governabilidade. Todos esses temas estão no centro dos organismos do Sistema Interamericano e são precisamente os que a OEA incorpora de maneira prioritária na organização de sua área de desenvolvimento integral.

É a Secretaria Executiva de Desenvolvimento Integral que apóia e coordena, entre outras, as Reuniões Ministeriais de Educação, Meio Ambiente, Cultura, Ciência e Tecnologia, Trabalho e Desenvolvimento Social. Em todas elas procurou-se coordenar políticas, criar redes de cooperação horizontal e melhores estratégias de desenvolvimento. Essas tentativas devem constituir a verdadeira coluna vertebral dos trabalhos multilaterais para nos aproximarmos das Metas do Milênio estabelecidas pelas Nações Unidas em coordenação com os demais organismos do Sistema Interamericano (BID, OPAS, IICA e CEPAL) e aqueles com que constituímos o Grupo de Trabalho Conjunto de Cúpulas.

A Carta Social que vimos discutindo será a companheira inseparável da Carta Democrática Interamericana, na medida em que se insira nesta realidade já bastante completa de mandatos de nossas Cúpulas, Reuniões Ministeriais e Metas do Milênio, faça deles uma adequada síntese e seja acompanhada de um Plano de Ação que também reúna todos os nossos atuais programas. A Carta Social deverá ser a síntese dinâmica de tudo que tenha sido elaborado na última década e não se transformar em mais uma tentativa de proclamar princípios que tantas vezes definimos.

Este processo não se desenvolve de maneira tão rápida quanto gostaríamos e seria extremamente benéfico que se reiterasse sua urgência. Em muitos cidadãos de países que constituem nossa Organização surgem dúvidas profundas acerca da nossa capacidade, como governos democráticos, de bem conduzir o manejo da máquina pública, orientar o crescimento, nos incorporarmos ao mundo, eliminar a pobreza, melhorar os serviços sociais e distribuir melhor os benefícios da democracia.

Nossos países vêm crescendo nos últimos três anos, mas ainda há dúvidas sobre nossa capacidade de criar políticas estáveis que atraiam o investimento e assegurem a permanência desse crescimento quando o ciclo econômico nos seja mais desfavorável. Por outro lado, milhões de pessoas ficam fora dos benefícios desse desenvolvimento e a renda tende a se concentrar.

Estou convencido de que, se conseguirmos levar à prática mais fielmente a Carta Democrática Interamericana e uni-la à futura Carta Social, daremos um enorme passo no sentido de orientar o desenvolvimento de maneira mais justa. O que não deve ocorrer, porém, é que a Carta Social nos leve a fechar-nos uma vez mais em discussões ideológicas e políticas sem sentido, em circunstâncias em que muitos de seus conteúdos estejam já definidos e colocados sob a forma de mandatos nas Cúpulas e Reuniões Ministeriais da última década.

Para levar adiante de modo prático esses mandatos, é necessário fortalecer substantivamente as atividades de nossos departamentos na Secretaria Executiva de Desenvolvimento Integral e melhor divulgar sua ação e competência. Dispomos, por exemplo, de um Departamento de Desenvolvimento Sustentável que goza

de reconhecido prestígio em todas as áreas especializadas, em temas como o manejo integrado de recursos hídricos, os desastres naturais e a adaptação climática, a energia renovável, a biodiversidade e o direito, a política e a economia ambiental. Quando nos dizem, por exemplo, que a OEA poderia fazer mais no campo da energia, se perde de vista nosso amplo programa sobre a matéria; e quando nos pedem para discutir nesta Assembléia uma resolução sobre o problema da água, talvez se devesse recorrer mais a nossos especialistas nesse assunto, considerados de primeiro nível entre seus pares.

O que gostaria de salientar não é uma crítica, mas uma autocrítica. Não temos sido capazes, como Organização, de incorporar a grande atividade que desenvolvem algumas de nossas unidades técnicas a nossa ação política, em estreito contato com suas contrapartes nos diversos países. Espero que as mudanças realizadas recentemente em nossa Secretaria Executiva de Desenvolvimento Integral possibilitem que se avance mais no sentido de integrar as políticas de desenvolvimento integral ao primeiro plano da atividade institucional.

Um dos componentes essenciais da ação da SEDI que gostaríamos de ressaltar é constituído pelos projetos de assistência técnica para o desenvolvimento, especialmente nos países insulares e menores. Nessa área levamos adiante uma reengenharia bastante completa que deverá render frutos. Para continuar a obter recursos suficientes, em concorrência com muitas outras instituições, devemos melhorar consideravelmente a qualidade de nossos projetos e sua gestão.

Devemos procurar a maneira de aprovar projetos de maior envergadura, para o que alguns deverão ter caráter regional, sem por isso abandonar a perspectiva nacional quando seja mais útil. Também devemos concentrar nossa atividade principalmente na construção e desenvolvimento institucional e na formação de recursos humanos. Devemos superar os problemas surgidos este ano em nosso sistema de bolsas de estudo e empréstimos, para estarmos em condições de aumentar os recursos e a cobertura, alcançando um número maior de jovens em nossa Região.

Devemos preocupar-nos especialmente com os desastres naturais. A temporada de furacões de 2005 foi equivalente a duas temporadas de furacões completas, reunidas numa só. De 27 tormentas tropicais, 15 foram furacões e sete, furacões maiores. Sequer terminamos de avaliar os danos humanos e econômicos e menos ainda seu efeito no desenvolvimento dos países afetados. Não gostaria de sentir, nunca mais, a impotência que viveu esta Organização para ajudar e coordenar esforços por ocasião desses desastres.

Por esse motivo foram preparados para a aprovação desta Assembléia projetos que modificam o Estatuto do Fundo Interamericano de Assistência para Situações de Emergência (FONDEM), bem como um projeto de resolução para manter como prioridade do mais alto nível a consideração dos desastres naturais, sua gestão e seus efeitos. Por outro lado, aumentaremos a cooperação técnica na preparação de pessoas que devam atender a essas catástrofes em cada país.

Gostaria de dizer, no entanto, que a questão dos desastres naturais é sintomática dos problemas de coordenação que enfrentam os organismos internacionais. Creio que, em conjunto, poderíamos construir uma política de prevenção e redução viável e bem financiada, mas se cada organismo, por importante que seja, acreditar que possa desenvolver isoladamente uma política, provavelmente não estaremos à altura dos próximos desafios. Este é um novo apelo para que nos coordenemos nessa área e, francamente, não nos interessa conduzir a iniciativa, nem que nos atribuam crédito por ela, mas somente fazer nossa parte em uma tarefa indispensável para nossos países.

Há temas que em nossa Assembléia, nosso Conselho e nossos foros quase nunca são considerados, embora façam parte da agenda hemisférica e nela adquiram uma proeminência cada vez maior. Assim ocorreu com o tema migração, cuja relevância na agenda deste ano foi indiscutível e que, no entanto, não tem em nossas deliberações e no trabalho da Secretaria a importância que deveria ter.

Trata-se de um tema de interesse propriamente hemisférico, presente em numerosos países de norte a sul, que afeta as economias, a cultura e as formas de vida de toda a nossa Região. Não diminuirá nos próximos anos, tendendo ao contrário a aumentar enquanto os fatores estruturais que o provocam persistirem em nossos países.

Embora os países membros da Organização tenham perspectivas diferentes para considerar o problema da migração, se vêem obrigados a buscar para ele soluções comuns. Isso poderá ser feito de diferentes maneiras, mediante o fortalecimento do Programa Interamericano para a Promoção e Proteção dos Direitos das Pessoas Migrantes que aprovamos na Terceira Cúpula das Américas ou a criação de uma nova instância política no âmbito do Conselho e da Secretaria. Não se trata de apresentar proposta alguma, mas somente de solicitar algo óbvio, ou seja, que incorporemos o tema à agenda de nossas preocupações. Espero, por conseguinte, que algumas das resoluções propostas no passado sobre este assunto possam ser aqui acordadas.

Segurança

A implementação da política de segurança multidimensional acordada no México em 2003 foi lenta, sobretudo em virtude da carência de recursos novos que acompanhassem os importantes mandatos recebidos. Isso não significa, no entanto, que esta área não venha se desenvolvendo de maneira considerável, especialmente com base no trabalho realizado pela Comissão Interamericana para o Controle do Abuso de Drogas (CICAD), pelo Comitê Interamericano Contra o Terrorismo e pelo Programa de Remoção de Minas.

Não há dúvida quanto à relevância e à qualidade do trabalho nessas três áreas. A CICAD já completou 20 anos e constitui uma das atividades mais prestigiadas da Organização dos Estados Americanos. Sua importância aumentou visivelmente a partir da criação do Mecanismo de Avaliação Multilateral (MAM), que se encontra já em seu décimo de operação. O bom funcionamento do MAM não somente possibilitou o aumento do conhecimento acerca da atividade conduzida pelos países contra o tráfico e o consumo de drogas, mas também a geração de um clima de maior confiança, em que os países estão dispostos a dividir informações e aceitar recomendações e cooperação para suas atividades.

A CICAD também progrediu no que se refere à coordenação de esforços contra a lavagem de dinheiro, colaborando com os países na elaboração de legislação moderna no assunto e avaliando o progresso alcançado.

Além do empenho da Secretaria, a CICAD desenvolve uma linha de cooperação horizontal, mediante a qual os países dividem suas experiências no combate à droga. O êxito da CICAD, no entanto, faz com que as demandas de cooperação e apoio excedam sempre largamente os recursos. Por isso instamos os países a que considerem nossa proposta de que se destine à CICAD um pequeno percentual dos recursos apreendidos, de acordo com suas legislações internas, para desse modo cooperar com a manutenção e ampliação de nossos programas.

O programa do CICTE mostrou grandes realizações na área da segurança portuária, aeroportuária, de alfândegas e fronteiras e, em geral, quanto a ações destinadas à prevenção do terrorismo na Região. Em coordenação com a CICAD muito se progrediu na investigação do financiamento do terrorismo.

Também já se encontra em andamento nosso programa de assistência técnica e capacitação especializada. Dentre suas atividades específicas destacam-se, no próximo ano, a capacitação e cooperação com as medidas de segurança dos países do Caribe, por ocasião da realização da Copa Mundial de Críquete de 2007.

O Programa de Remoção Humanitária de Minas também prestou valiosa contribuição ao grande problema das minas antipessoal, herança de tempos a que não deve retornar nossa Região. No período a que se refere este relatório prestou-se assistência nessa área a seis países da Região. Assim como em muitos outros programas da Organização, financiados estritamente com recursos específicos, este deve restringir sua ação à disponibilidade desses recursos.

Na área de segurança e defesa, a grande notícia do ano é, sem dúvida, a incorporação plena da Junta Interamericana de Defesa à OEA. Trata-se de uma conquista coerente com os tempos; assim como em nossos países, a OEA estabeleceu o princípio do comando civil sobre os assuntos militares de sua competência no Hemisfério. Resta agora transformar esta decisão histórica em um plano de trabalho concreto, o que esperamos fazer nos próximos meses.

Apesar da importância das quatro unidades mencionadas, elas já existiam separadamente na Organização no momento da reunião do México e, por conseguinte, sua localização na mesma Subsecretaria não é suficiente para dizer que tenhamos transformado em realidade a política de segurança multidimensional que estabelecemos nessa conferência, sobretudo quando alguns dos principais aspectos desse conceito mostravam pouca materialidade na ação da OEA há um ano.

Para consolidar as decisões que nossos países tomaram na área da segurança, criei um Departamento de Segurança Pública para elaborar programas de combate ao crime organizado e à formação de gangues, à proliferação do tráfico de armas pequenas e ao tráfico de pessoas. No futuro espero que possamos dispor de capacidade de assessoramento suficiente para prestar colaboração em assuntos de segurança pública aos países membros, especialmente os médios e pequenos.

A médio prazo, nosso objetivo deveria ser configurar, com todos esses elementos, uma agenda de segurança regional que leve em conta todas as dimensões a que aludiu a Conferência do México e se dedique também ao estudo dos problemas da Região que possam ocasionar problemas de segurança entre nossos Estados. É necessário garantir que a paz em que viveu nossa Região nas últimas décadas se mantenha e seja fortalecida com a garantia da paz interna e o combate à criminalidade.

Temas jurídicos

A Comissão Jurídica Interamericana, principal organismo consultivo em matéria de direito internacional para nossa Organização e seus membros, completa este ano 100 anos de vida. Este centenário não poderia estar ausente desta Assembléia Geral e nos permite recordar as muitas contribuições da Comissão Jurídica para o enriquecimento do direito internacional, entre os quais, por exemplo, acham-se nossa Convenção Americana sobre Direitos Humanos e nossa Convenção Interamericana contra a Corrupção, documentos únicos em seu gênero no mundo. A Comissão Jurídica desempenhou um papel central no desenvolvimento da institucionalidade e do direito interamericanos, que todos devemos reconhecer. Em sua agenda de trabalho figuram numerosos temas que já focalizei nesta exposição, como a Declaração Americana sobre os Direitos dos Povos Indígenas e as Convenções sobre Discriminação.

Isso me leva a outra reflexão de caráter institucional. Ao longo das diferentes conferências americanas, a partir de 1889, diferentes instituições foram propostas para o Sistema Interamericano e começaram a ser criadas, cedo ou tarde, nos mais variados campos: saúde (OPAS), mulher (CIM), infância (Instituto Interamericano da Criança), financiamento do desenvolvimento (BID), agricultura (IICA), direitos humanos etc.

Uma instituição que se propôs e nunca se concretizou foi a Corte Interamericana de Justiça. A primeira proposta é de 1923 (Quinta Conferência Americana), quando se pleiteou o estabelecimento de uma Corte Permanente de Justiça Americana; a segunda data da Oitava Conferência Americana, em 1938. Nesta

última resolução se diz, muito francamente, fato nem sempre habitual, que *“se neste momento não são dadas as condições necessárias para o estabelecimento desta instituição administradora da justiça na América, não se deve abandonar a idéia e o propósito de criá-la quando essas condições imperativamente reclamem sua instauração ...”* para concluir declarando que: *“é o propósito firme dos Estados do Continente Americano chegar a constituir um Tribunal Interamericano de Justiça Internacional, quando os mesmos Estados reconheçam a oportunidade de fazê-lo com a segurança de êxito...”* (resolução XXV, aprovada em 22 de dezembro de 1938).

Nessa época foi criada a Corte Internacional de Haia, sucessora da Corte Permanente. Os Estados americanos constituíam então quase 50% das Nações Unidas e tinham, por conseguinte, grande peso na nova Corte. Uma nova solicitação da Décima Conferência, em 1954, não apresentou conseqüências. Hoje isso mudou completamente; os Estados americanos têm peso bastante menor na Corte e talvez possam voltar a considerar a possibilidade de uma corte regional, que complementasse de maneira adequada o atual Sistema Interamericano. Talvez estejamos próximos da “oportunidade” pensada em 38, que vale a pena examinar em nossos organismos especializados.

Administração e finanças

Desde minha chegada à Secretaria há um ano, tomei a decisão de não alterar além do necessário a estrutura orgânica da Organização, a fim de evitar perturbar ainda mais as pessoas que trabalham na OEA, que se haviam encontrado em situação de extrema incerteza por quase um ano antes de minha posse. Nessa decisão coincidimos plenamente com o Secretário-Geral Adjunto, com quem formamos uma só equipe e uma só direção.

Em virtude do acima exposto, apesar de ter a autorização da Assembléia para introduzir mudanças, foram elas reduzidas, fundamentalmente, a três aspectos. Denominamos subsecretarias as principais áreas de trabalho, com o objetivo de salientar claramente, não somente suas responsabilidades, mas sua inclusão na Secretaria-Geral. Criamos um novo Departamento de Planejamento, Controle e Avaliação, a fim de dispor das informações necessárias no âmbito da Secretaria-Geral para orientar a obtenção de recursos e as despesas da instituição. Reorganizamos o Escritório de Bolsas de Estudo, com a finalidade de assegurar uma gestão autônoma e transparente, sem prejuízo do pleno direito que assiste aos organismos políticos de fixar os critérios substantivos de sua ação.

A terceira mudança se deveu a circunstâncias desafortunadas que foi necessário enfrentar. Quanto aos dois primeiros, não concebo que em uma instituição com um comando único, cada unidade obtenha e administre de maneira autônoma seus recursos sem conhecimento da direção.

Nosso propósito é claro: devemos guiar a instituição com base nos objetivos e prioridades decididos entre os órgãos políticos e a Secretaria-Geral. É necessário reforçar esse conceito para estabelecer o que compete a cada um, coordenar as ações e garantir que se trabalhe somente nos mandatos que decorram dos organismos legítimos. No próximo ano prestaremos conta desse aspecto, ressaltando o progresso e/ou as deficiências com relação aos temas substantivos de que tenhamos sido encarregados. Os relatórios deixarão de ser meras relações dos fatos ocorridos e não haverá temas na Organização que não estejam vinculados a mandatos legítimos.

Para que isso seja possível é preciso assegurar o financiamento adequado. A pedido dos países membros da CARICOM, que incluíram na agenda desta Assembléia a questão do financiamento permanente da OEA, apresentarei um relatório minucioso, que figura como anexo deste.

Preocupa-me, ademais, do ponto de vista organizacional, encontrar uma localização mais adequada para os países atualmente observadores que colaboram mais estreitamente com a OEA. A OEA conta

atualmente com mais de 70 países observadores, o que nos parece uma demonstração de confiança e interesse que agradecemos. Devemos reconhecer, porém, que os graus de interesse e apoio que os observadores nos proporcionam são diversos.

Se há em outras instituições próximas a nós, como o BID, categorias intermediárias entre a filiação plena e a observação, creio que nós também poderíamos criá-las, de maneira muito cuidadosa e consensual. A filiação plena deve ser somente de países da América, mas me parece justo que países amigos que cooperam de maneira sistemática e intensa conosco tenham um reconhecimento adequado.

Sei que esta discussão ocorreu há alguns anos e por isso não considere prudente trazê-la de novo como tema à Assembléia, mas espero que possamos reexaminá-la novamente no decorrer do ano.

Esta exposição deve ser necessariamente breve e por isso é acompanhada dos documentos que cada unidade encaminha com o conteúdo de seu trabalho. Ao concluir, gostaria somente de mencionar os esforços que envidamos por conectar adequadamente a OEA, além dos países membros, com os organismos internacionais, regionais, sub-regionais e globais; o desenvolvimento considerável das comunicações como uma unidade essencial de transmissão de nosso pensamento e de nosso trabalho; e a recente consolidação da Cátedra das Américas, que por meio de convites a estadistas, intelectuais e personalidades da cultura e de renome internacional, consegue levar adiante um diálogo de alto nível sobre o presente e o futuro de nossa Região.

....

José Miguel Insulza
Secretário-Geral